

3.  
(3: de 6 fl.)  
↓

Há quantos anos se fala?!...

**Fls. 8 – Apoio às freguesias –“ ... não quebrará esta colaboração”**

Que critérios e que rigor nestes apoios, que ano após ano, se persiste em fazer-se questão de não clarificar?!

**Continue-se a analisar este Orçamento feito pregão de promessas, onde se vão constatando intuitos eleitoralistas, prometendo o inatingível...**

Prevê-se obter em 2008 (Fls. 40) com a **Venda de Bens e Serviços Correntes** mais 17,2% que o que era previsto para 2007( fls 37);

Mais, prevê-se obter (Fls. 33) com a **Venda de Bens de Investimento** mais 42,2% que o objectivado para 2007(fl. 30).

**Mas o devaneio e a mistificação não se satisfaz com tão, digamos, “reduzidas” evoluções percentuais...**

E eis que,

em “**Terrenos**”, onde se previa em 2007(fl. 30) atingir 5 milhões, estimam-se para 2008 (Fls. 33) 12 milhões 685 Mil Euros. Nada mais, nada menos, que “uns” 154% mais!

**Pergunta-se:**

- Quem Acredita nisto?
- Está-se ou não no reino do ilusionismo e da demagogia?
- É ou não inegável o empolamento deliberado do Orçamento?

(Fl. 40) – Em **Despesas Correntes** prevêem-se para 2008 57,7% contra 57,3% em 2007 (Fls 37) e em **Despesas de Capital** 42,3% contra 42,7%.

inc. 7  
27.  
(4: de 6 fls.)  
✓

**Poder-se-á dizer que são ligeiras as diferenças percentuais, mas o que é incontestável é que o investimento continua a perder peso relativo!**

Relativamente ao orçamentado em 2007, as **Despesas Correntes** crescem 9,3%, as **Despesas de Capital** ficam-se pelo 7,5%.

Por comparação com 2007 as **Despesas Com Pessoal** crescem 6,35%. O que constitui um significativo aumento, sobretudo quando, pelo que se sabe, os aumentos previstos para a função pública são expressivamente bem mais inferiores...

A **Aquisição de Bens de Capital** regista um crescimento de 4,23%, relativamente a 2007, o que constitui um aumento relativo menor que as Despesas Correntes e, nestas, bem menor que as Despesas de Pessoal!

**Estamos perante mais um daqueles casos em que o tempo se encarregará de demonstrar, face à taxa de execução que se alcançará, que se persiste no reino da fantasia!**

Bem real, por comparação com 2007 (1.812.957,70), no domínio das Despesas Correntes, é o crescimento previsto dos **Juros e Outros Encargos** (3.061.825,57 euros) mais 68,9%!

Ainda em Despesas Correntes, mais precisamente em **Estudos, Projectos e Consultadoria** (Fls. 42) realçam-se os 325 Mil euros orçamentados (eram 500.000 em 2007) o que poderia fazer pensar na contenção do despesismo. Logo contrariado, no entanto, pela rubrica de **Publicidade** que, de 350 Mil euros em 2007 passa para 460 Mil para o próximo ano!

Das Despesas de Capital (Fls. 43) o peso do Orçamentado com **Habitações** (1.241.000) representa menos de 4%. Mais precisamente **3,9%**. Ou seja, **1,6% do Orçamento**; com **Escolas** (1.750.000) **5,5%**, uns bem humildes **2,3% do total**; com **Viadutos e Arruamentos** a atingirem uns avantajados **10,7%**. Que, **afinal**, se traduzem nuns **escassos 4,5% do total**; Com **Sistemas de Drenagem de Águas Residuais** (1.615.000) **5%**, que **representam 2,1%** e com **Viação Rural** (2.791.000) uns dilatados **8%** (representativos do quanto o executivo se apercebe do como tal área está

carecida de investimento), mas **que mais não são que 3,5% do Orçamentado total!**

**Face a todo o exposto, pergunta-se:**

- Como é possível compatibilizar estas verbas, designadamente no que respeita a Habitações, Escolas e Drenagem de Águas Residuais, e o seu peso relativo no Orçamento com as afirmações constantes da nota introdutória?

**Não se desse o caso de já há muito estarmos habituados a cenários de total irrealismo e fantasia, como marca registada dos sucessivos executivos PS, e seríamos levados a concluir que quem escreveu a nota introdutória, pura e simplesmente, desconhecia por completo o conteúdo do Orçamento!**

(Fls 50) No que respeita a **Transferências para as Freguesias**, uma vez mais nos deparamos com o facto de só se encontrarem **definidas** as que se referem ao complemento do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) que apenas representam **19%** do total previsto a transferir.

**Todo o restante, ou seja, 81% do montante total** não se encontra distribuído por freguesia e não se conhecem os critérios de atribuição. O que, como facilmente se compreenderá, permite todo o tipo de discriminações. Situação, suscitadora de preocupações, particularmente grave em ano pré-eleitoral!

**Finalmente**, e relativamente ao **Plano Plurianual de Investimento** (Fls. 10 a 28), há que chamar a atenção para o seguinte:

Quase 50 dos investimentos previstos para 2008 já constavam de planos de anos anteriores, e ainda se encontram, no que respeita à execução, na fase zero. Isto é ainda não passaram do papel, continuam no rol das promessas que repetidamente se fazem.

**Assim:**

- Que credibilidade podem merecer Planos que têm subjacentes tais comportamentos, em que não cabem o rigor nem os compromissos de execução?

**A resposta emerge como inevitável: Nenhuma!**

É precisamente por tão evidente como demolidora razão que o voto da CDU não pode ser outro que não o “chumbo”!

**O Deputado**



Doc. 8  
8,  
(12 de 7/6.)  
↓

CDS/PP  
VILA DO CONDE

Vimos desde já apresentar os cumprimentos ao relator das grandes opções do plano pelo seu esforço em aumentar o descritivo e a respectiva fundamentação do texto base que discutimos neste ponto. Mais abrangente e muito mais político fugindo à simplicidade que por vezes tornava cinzento pois transformava a discussão numa retórica de números. A política começa nas ideias e usa os números para se fazer aplicar.

Naturalmente, que estender esta informação permite visualizar de forma mais clara o acto de gestão que aqui nos cabe votar. Nestes termos, e realizando um exercício de investigação histórica, percebe-se que Vila do Conde vive um final de ciclo.

Em primeira linha temos como base para esta conclusão a incontornável e séria palavra do Sr. Presidente da Câmara, quando afirmou num passado recente que este seria o seu último mandato. Desta forma temos entre mãos o penúltimo orçamento da sua autoria, ou da equipa por ele liderada, para sermos justos para com os restantes vereadores com poder executivo. Tal facto traduz-se num fechar de um ciclo político.

Se por lapso, descuido ou mesmo por ultima e extrema vontade da sua pessoa, tivéssemos uma nova candidatura e caso a mesma saísse vitoriosa, então estaríamos à porta dos últimos 6 anos de

governação baseada na experiência de mais de trinta anos de vida ininterrupta ligada à gestão dos destinos dos destinos de Vila do Conde. Tudo isto em virtude da limitação de mandatos actualmente em vigor. Tal facto traduz-se o fechar de um ciclo político.

Um ciclo político normalmente assenta numa definição clara de necessidades evidentes que por si só são as traves mestras de campanhas eleitorais e do trabalho de gestão política. Assim, ao lermos os claros objectivos traçados para 2008 percebemos os últimos trinta anos em Vila do Conde, e o porquê de uma certa repetição descrita nas palavras e nos números dos documentos dos anos anteriores.

Declarar incoerentes, incompetentes ou mesmo desnecessários esses objectivos seria uma afronta à inteligência de qualquer Vilacondense. Recordamos que o problema das redes de água e saneamento, recordamos a questão do problema da habitação social, recordamos o problema da rede viária, recordamos o problema do ensino. Estes grandes ícones da governação socialista foram-se tornando lugar comum da nossa discussão política e hoje percebemos o porquê dos diferendos pois infelizmente são assuntos que se mantêm na ordem do dia. Mesmo quando o são pelas suas soluções!

A conclusão para verificar o fim de um ciclo dá-se, na actividade política, nessas soluções. Repare-se que a rede de água e saneamento prepara-se para ser solucionada através de meios externos ao município facto esse que poderia ter sido antecipado e logicamente significaria o melhoramento das condições de saúde pública em tempo bem mais

oportuno. Pelo menos o fim desta saga apresenta-se aos nossos olhos o que demonstra o encerramento deste ciclo. A habitação social foi desenvolvida com modelos, na sua maioria dignos e reconhecidos por todos, estando hoje agregada não à questão da sua contínua construção mas sim à sua gestão, tanto nos termos da ocupação como da sua manutenção. Este investimento político teve custos significativos, pelo que mais de que um reconhecimento a todos os responsáveis políticos teremos que homenagear os Vilacondenses que auxiliaram à resolução do problema e demonstraram o seu espírito solidário. Fizeram-no ao terem admitido o adiamento de outro tipo de projectos e de outro tipo de caminhos que poderiam ter sido percorridos.

Falamos em final de ciclo político quando percebemos que o Município entrou numa fase diferente onde já não se destacam as medidas novas, os grandes projectos ou mesmo as grandes viragens que servem de alavanca ao optimismo e união da população. O que temos, e disso percebe-se nos números, é uma aposta clara na estrutura humana da autarquia, com o aumento do seu peso financeiro e uma diminuição nos investimentos em termos absolutos. Essa relação que é um cliché contabilístico, das despesas correntes versus despesas de capital revelam que agora falamos em manter, em encerrar dossiers de anos e do que é novo não se vislumbra nada de significativo.

Aliás, o primeiro efeito que se nos apresenta é o elogio à Lei das Finanças Locais a qual é classificada como um bom instrumento de boa gestão municipal. Como todos sabemos a Associação Nacional de Municípios posicionou-se de forma

2.  
(3.2.7/13.)

↳

bastante céptica face a esta Lei exactamente pela mesma ser um instrumento de manutenção de gestão não um instrumento de incentivo ao crescimento de novos projectos. Mais grave é desfolhar este orçamento e perceber que o mesmo tem que ser tímido pois este é prisioneiro das acrescidas responsabilidades que a administração central tem vindo a transferir sem cuidar do suporte financeiro adequado ou pelo menos dos meios legislativos alternativos que torne mais arrojada a gestão autárquica.

Será de boa nota a referência dada ao investimento no teatro municipal. Estamos a falar de uma peça importante para a cidade pois poderá servir para descontinuar essa linha tradicional de eventos de massas que teima em se concentrar em dois meses do Verão. Realmente, um dos grandes desafios que temos para Vila do Conde é torná-la mais competitiva para que a mesma se traduza em factor de riqueza e se imponha como modelo de atracção não só de visitantes mas sim como opção de residência. Todos sabemos que a nossa autarquia precisa de captar uma população residente que se fixe nos 100 mil habitantes para que a realidade estrutural administrativa se torne totalmente equilibrada e ao mesmo tempo desonere o cidadão. O grande desafio de um novo ciclo politico passará por aí, e terá muito mais que 2 a 6 anos de trabalho.

Ainda dentro desta tónica de visão para o futuro verificamos um grande tropeção que é dado na aplicação do POOC. A cidade de Vila do Conde, bem ao contrário das freguesias do litoral, ainda permanece divorciada do mar no que concerne aos



A.

D.  
(5<sup>a</sup> de 7/10.)

W

equipamentos permanentes. Outras cidades apostaram nessa visão de produto que imputa um acréscimo de oferta turística e reforça uma dinâmica económica que se traduz em distribuição de riqueza por força das leis do mercado. É um capítulo que terá que ser integrado num ciclo político diferente pois importa uma visão diferente da cidade e a ruptura com algumas práticas que não podem ter lugar neste documento.

Ainda

Mas como ligação às mais valias naturais da cidade, também temos que tropeçar no investimento na zona ribeirinha. Ninguém poderá ousar virar a cara ao belo cenário que hoje temos nesta cidade rodeada de pinheiros, rio e mar. Mas o Rio tem que ser uma aposta crucial. Repare-se que tivemos um POLIS que teima em não dar frutos no que diz respeito ao investimento privado. Mesmo nessa aguarela recentemente pintada da zona da Alfandega Regia temos sinais do tempo passado que não conseguimos esquecer. A máquina turística local tem que passar por muito investimento privado e por uma forte mudança de mentalidade. Disso, só os novos ciclos são capazes de o fazer pois o velho ciclo apesar, de ter lançado a primeira pedra, tem no seu discurso uma incompatibilidade com esses novos tempos.

Queremos ainda deixar uma palavra para a dicotomia clássica - cidade/freguesias. A distancia, tanto no investimento publico como nos equipamentos disponíveis, mantém-se. Apesar de ser visível a disponibilização de verbas às Juntas de Freguesia o facto infeliz é que não podemos reconhecer uma diminuição nas assimetrias. É verdade que não podemos cair na utopia de querer

A.

(62 de 7 fls.)

W

freguesias iguais à cidade mas todos sabemos que a realidade do nosso concelho também sofre de um fenómeno de interioridade. Este orçamento e as grandes opções do plano têm algumas medidas paliativas que a nosso ver não terão grandes resultados. A aposta em tornar mais homogéneo o nosso concelho será um projecto político para os próximos 10 a 20 anos. Hoje, o desafio é tornar visível um projecto que seja capaz de esbater essa dicotomia sendo de lamentar que também aqui se queira manter o mesmo perfil de um ciclo com mais de 30 anos.

Finalmente, uma nota para com a realidade orçamental. A tese defendida ao longo dos anos de que os orçamentos são inflacionados para permitir aceder aos fundos comunitários também faz parte de um ciclo que teima em fechar. Desde logo por que esses fundos tendem a desaparecer. Por outro lado porque coloca-se sempre a questão da veracidade intelectual da discussão do orçamento. Em boa verdade, todos temos que reconhecer que quando se volta a discutir o orçamento nos termos da sua execução vemos que as alterações decorridas durante a sua vigência levam a perceber a realidade. Assim, 76 milhões é um número bonito tal como qualquer outro número que aqui se quisesse apresentar. Não nos impressiona se em 2000, quando forem votadas as contas deste orçamento se nos apresente uma realização orçamental na ordem dos 60 milhões. Tudo isto porque este é um ciclo político que teve coisas boas e más e muitas delas teimaram em ser sistematicamente repetitivas.

Doc. 8

27.

(7<sup>de</sup> 7/07)

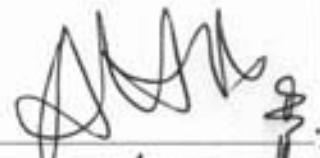

Nestes termos consideramos que seria possível fazer diferente. Não conseguimos ser compatíveis com a base das grandes opções e pretendemos ajudar a preparar um novo ciclo político em Vila do Conde. Assim, em coerência intelectual com os projectos já defendidos e com a posição tomada em sede de Câmara Municipal votamos contra este documento.

OBS – PF corrigir o termo de encerramento já que este orçamento não é para 2007 mas sim para 2008.

CDS PP

O Grupo Municipal

Vila do Conde, 17 de Dezembro de 2007.

Doc. 5  
  
(12 de 31/08)  


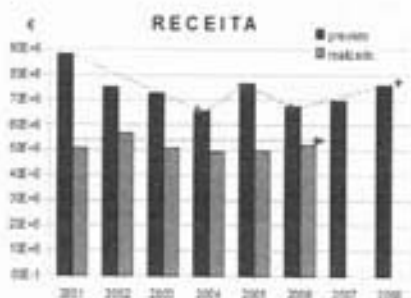
## Orçamento e Plano para 2008

O executivo emitiu através dos correios, uma carta registada no dia 11 do corrente mês a solicitar ao Bloco de Esquerda sugestões para o Orçamento e Plano. Como a reunião do executivo que discutiu o Orçamento e Plano proposto pelo sr. Presidente foi no dia 14, três dias depois de registada a carta, fácil é de deduzir que não era intenção da maioria do executivo aceitar ou sequer ponderar qualquer sugestão que ~~pudéssemos~~ ter feito, mas antes cumprir apenas a formalidade e contornar o incómodo da lei, a qual estabelece direitos da oposição não representada no executivo. Fica assim registada a prática anti-democrática dos socialistas à moda de Vila do Conde, já que felizmente não é esta a prática da generalidade dos municípios portugueses nem daqueles cuja maioria é do partido socialista.

Referindo-nos ao **Orçamento**, ele mais uma vez reflete uma manobra recorrente, que se traduz no empolamento da receita para assim acompanhar o irrealismo da despesa; a previsão da despesa por sua vez, sobe em ano eleitoral com a lista de promessas que o plano inscreve. O irrealismo do orçamento fica bem documentado pelo histórico da taxa de execução do mesmo, mais baixo nos anos eleitorais de 2001 e 2005, com menor receita e subida da despesa corrente e superiores nos anos seguintes às eleições.

O irrealismo expresso na crescente previsão da receita, a qual sobe continuamente, passando de 67,5 milhões em 2006, para 70 milhões em 2007 e 76 milhões para 2008. A continuar esta lógica, não é difícil antever que em 2009 atingirá a astronómica quantia de 2001, ano de eleições, em que foi previsto arrecadar de receita, mais de 88 milhões, tendo-se apenas arrecadado pouco mais de 50 milhões.

A receita efectivamente cobrada tem-se mantido estável e em média é inferior a 52 milhões de euros, mas a maioria insiste em querer enganar os vilacondenses e apresenta valores irrealistas de 76 e mais de 88 milhões em anos eleitorais.



Soc. 9  
[Handwritten signature]  
8.  
(25 de 31)

Fica pois demonstrado que este orçamento não é para levar a sério, é antes sim, um instrumento de propaganda.

**O Plano** é revelador da inversão de prioridades da política que vem sendo desenvolvida pela maioria do partido socialista, continua a investir e a privilegiar o investimento no litoral e na sede do concelho, com o objectivo de se perpetuar no poder através de políticas eleitoralistas, em concreto e em cumprimento de promessas eleitorais, nos lugares de Caxinas e Poça da Barca, promete aplicar em arranjos urbanísticos, 9% do total previsto para investimento, em detrimento das restantes vinte e nove freguesias. Esta é a política que rejeitamos e que é responsável pela falta de investimento no passado nas necessidades básicas, como são a rede de abastecimento de água e de saneamento, e que os vilacondenses agora pagam às empresas privadas a quem o partido socialista entregou esse serviço básico, 4% o que é o dobro do previsto para a inflação do próximo ano e isso é apenas a primeira etapa da convergência para valores mais altos, que garantam àquela empresa os lucros que seriam receita do município.

Para avaliarmos convenientemente esta distorção de prioridades, podemos verificar que neste plano, o investimento nos arranjos urbanísticos das Caxinas e Poça da Barca, 5,9 milhões, é superior à dotação para toda a rede viária, 5,8 milhões, ou ainda todo o investimento na habitação social, 5,6 milhões.

O ambiente pela primeira vez vê inscrito um investimento significativo, mas ele destina-se exclusivamente a uma praia e a uma freguesia do litoral. Não há qualquer investimento nas políticas de mobilidade sustentável ou de redução do consumo de energia.

A zona industrial da Varziela vê (verá?) finalmente arranjos urbanísticos. Esta é também um espelho do desordenamento, resultado do diferente tratamento que esta maioria dispensa ao território.

Mas este orçamento merece também reparo pela ausência de mecanismos de participação dos cidadãos na definição de prioridades de investimento. Em sentido contrário ao traçado pela generalidade dos municípios governados pela esquerda europeia, mas também portuguesa, o partido socialista de Vila do Conde recusa e resiste à participação cidadã, remetendo os seus munícipes apenas para a participação minimalista e terceiro-mundista, no acto eleitoral de quatro em quatro anos. O partido socialista vilacondense rechaça os apelos que a sociedade civil e presidentes da república fazem, no sentido da criação de fóruns e mecanismos de participação intercalar das populações nas decisões que interferem com o seu dia a dia; o partido socialista opõe-se deste modo, à evolução da história, colocando-se do lado das forças conservadoras e renegando o socialismo que dizem defender.



**Bloco de Esquerda**

Vila do Conde e Póvoa do Varzim

Doc. 9  
27.  
(3ª de 3 fls.)

Votaremos contra este orçamento, porque ele não vai ao encontro das necessidades do concelho e porque ele inverte prioridades e sobretudo porque essas prioridades não estão contratualizadas com os cidadãos através de um processo transparente e participativo.

armando herculano

27.dez.07



Apartado 359 4481-912 Vila do Conde

telem. 962 320 358

Fax: 252 622 052

[bevcpv@gmail.com](mailto:bevcpv@gmail.com)

[www.blocoviladoconde.no-ip.org](http://www.blocoviladoconde.no-ip.org)

[bloco-vcd-pvz.blogspot.com](http://bloco-vcd-pvz.blogspot.com)

**Grupo Municipal do Partido Socialista de Vila do Conde**Linha orientadora da intervenção na Assembleia Municipal de 27 de Dezembro de 2007 – Discussão e votação do Orçamento e GOP para 2008

Os elementos e documentos que nos são presentes reflectem aquilo que foi a estratégia do PS sufragada pelos Vilacondenses em 2005. Tratam-se, o Orçamento e as GOP para 2008, de sérios documentos de trabalho, garantindo que Vila do Conde continuará o seu crescimento sustentado, promovido num ambiente, que se procura, de coesão social.

Estes documentos devem ser lidos à luz de um contexto genericamente difícil e desafiante para as Autarquias, onde a crescente transferência de competências tem sido insuficientemente acompanhada de seu financiamento, cria uma pressão sobre as finanças dos Municípios.

O Orçamento para 2008 ascende este ano a 76 Mio €. De facto, como aqui foi bem dito as despesas correntes representam 57% do total (44 Mio €) enquanto as despesas de capital representam 43% (32 Mio €) – ainda assim inferiores ao que a Lei das finanças locais pressupõe na repartição do FEF por todos os Municípios – 60% despesas correntes e 40% despesas capital. Mas como mal não foi dito, há que compreender o que são as despesas correntes: para além do funcionamento da Câmara Municipal, incorporam despesas com “investimento” (embora assim não consideradas contabilisticamente), na manutenção de equipamentos e veículos; incorporam ainda uma série de despesas cujos destinatários são directamente os munícipes e não a estrutura camarária. A saber:

1. Os encargos com os transportes escolares.
2. Os encargos com a alimentação dos alunos do ensino básico.

Doc. 10  
23  
M

3. Os encargos com os professores relativos às actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do Ensino Básico.
4. A compra de água para abastecimento público à Sociedade "Águas do Cávado, S.A", visando satisfazer as necessidades dos vilacondenses.
5. Os apoios financeiros a conceder à Freguesias, como complemento do FEF.
6. Os apoios financeiros a conceder às diversas associações e instituições existentes e em actividade no Concelho;
7. Juros financeiros a pagar, conexos com empréstimos financeiros de médio e longo prazo contratados para financiamento de investimentos já realizados, em concreto:
  - a. Obras comparticipadas por fundos comunitários;
  - b. Habitação social, no âmbito do PER e para venda.

Os Municipais aqui presentes não têm que saber isto, os senhores jornalistas também não, mas quem é eleito e faz uso da voz para comentar um documento tão importante quanto este, como a oposição aqui fez, tem obrigação de saber isto e não o ocultar sobretudo se com isso pretender distorcer a verdade.

Ainda assim, as receitas correntes, destinadas a financiar as despesas correntes, superam-nas em cerca de 4 Mio €, libertados para despesas de capital, sinal da eficiência do Orçamento aqui apresentado.

Quanto às GOP e PPI aqui presentes ascendem a 48 Mio €, onde se assiste a um aumento do peso das chamadas Funções Sociais que absorvem 85% do seu total.

As GOP dão este ano particular enfoque à Educação, procurando-se cumprir as indicações da Carta Educativa e correspondendo ao esforço exigido pelo Governo na implementação do horário completo e das actividades de enriquecimento curricular, e que diga-se a Câmara



Sec. 10  
23  
M

Municipal correspondeu no imediato a 100%. A Educação leva assim 11 Mio € (24% do total do PPI).

Também continuando a procurar corresponder ao forte e rico pulsar cultural, desportivo e associativo do Concelho, os Serviços Culturais absorvem quase 20 Mio € (41% do total do PPI). Aqui há a destacar o investimento destinado à reconstrução do Cine Teatro Neiva, que sendo um palco para as artes vilacondenses, será um investimento com escala metropolitana.

Sendo um ano onde as obras resultado das opções tomadas da concessão ao nível de Água e Saneamento vão marcar todo o concelho, esta absorverá no entanto também quase 2 Mio €.

A Acção Social é de longa data alvo de particular atenção pelo executivo, sendo uma das suas expressões mais visíveis, ao nível de volume de investimento, a Habitação Social tem prevista uma atribuição de 1,3 Mio €.

Por fim, a importância reconhecida pela Câmara Municipal ao papel das Juntas de Freguesia tem expressão bem concreta neste documento, onde lhes são destinados cerca de 2,2 Mio € (e apenas considerando o que lhes é directamente direccionado) e que é praticamente o dobro daquilo que o Estado Central lhes transfere.

Este Plano de Actividades, sustentado num Orçamento, é pois mais um passo na sólida construção de um Concelho, de quem sabe o quer e para onde vai, de Vila do Conde que frequentemente e por diferente motivos granjeia elogios das mais diversas entidades e personalidades e, claro, dos milhares de vilacondenses. Em sinal contrário continua a nossa oposição,

designadamente o maior dos seus partidos. A sua maledicência tem vindo a acentuar-se, atingindo níveis que, mais do que não dignificarem a cívica actividade política, visam apenas descredibilizar a nossa terra e logo os vilacondenses. Este extremar do discurso, que vai em dissonância do que sente a esmagadora maioria dos vilacondenses.

Em suma, estes documentos e números apresentados serão capazes de continuar a construir e desenvolver mas mantendo a Vila do Conde de que gostamos e de que muito os vilacondenses se orgulham. Por isso subscrevemos integralmente as opções hoje apresentadas.

P'lo Grupo Municipal do PS,



João Fonseca